

## POSSE NO CARGO DE DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRT DA 3ª REGIÃO

Denise Alves Horta

Excelentíssimos Desembargadores, Juízes, demais autoridades aqui presentes e que nos assistem virtualmente.

Senhoras e Senhores Advogadas e Advogados.

Senhoras e Senhores Servidoras e Servidores, Terceirizadas e Terceirizados, Estagiárias e Estagiários.

Queridos familiares, amigos, senhoras e senhores que nos assistem presencial e virtualmente.

A todas e todos, os meus cordiais cumprimentos.

Quis o destino, ou a força histórica da marcha inexorável do tempo, que eu estivesse hoje aqui, neste tradicional teatro belorizontino, a tomar posse como a terceira mulher Presidente do Tribunal Regional do Trabalho mineiro, há exatos 44 anos da minha colação de grau em Direito, pela Universidade Federal de Minas Gerais, e que ocorreu neste mesmo Teatro, nosso querido Palácio das Artes. Coincidência? As respostas dependerão das concepções do que seja coincidência...

Nesta oportunidade, reverencio as Desembargadoras Deoclécia Amorelli Dias e Maria Laura Franco Lima de Faria, que representaram, com brilhantismo, o gênero feminino na Presidência do TRT mineiro.

O Desembargador Ricardo Antônio Mohallem, presidente do TRT de Minas no biênio que se finda, fez retrospectiva da sua brilhante gestão e, queira Deus, a quem agradeço o dom divino da vida e desta existência, que a Administração ora empossada seja guiada por iguais ventos favoráveis e energias realizadoras.

Agradeço, sensibilizada, as palavras proferidas pela Excelentíssima Juíza Anaximandra Kátia Abreu Oliveira, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região, que, após grande lacuna temporal, vem galhardamente representar a magistratura feminina à frente dessa importante e prestigiada Associação, entidade com a qual pretendo manter interlocução e interação continuadas.

Ao Ilustríssimo advogado, Dr. Sérgio Leonardo, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, suas palavras constituem importante contribuição para o permanente aprimoramento dos trabalhos ofertados pelo TRT de Minas à sociedade, Tribunal que é exemplo de excelência em todos os âmbitos de sua atuação.

Ao Excelentíssimo Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho, Dr. Arlélcio de Carvalho Lage, parabeno pelas importantes ações realizadas à frente do MPT e agradeço sua manifestação generosa e confiante, que nos incentiva ao continuado trabalho em cooperação com essa valorosa instituição.

O Excelentíssimo Professor, Desembargador Luiz Ronan Neves Koury, caríssimo amigo, em emocionante discurso que nos tocou a todos, lembrou a trajetória de cada um dos que ora tomaram posse nos cargos da Alta Administração do TRT mineiro. A estreiteza dos laços profissionais e de amizade que nos aproximaram ao longo das nossas trajetórias, na magistratura, contribuíram para que estivéssemos compartilhando hoje desse momento solene e de grande alegria. Ao Desembargador Luiz Ronan rendo as minhas homenagens e agradecimentos pelas generosas palavras, no que a mim foi referido.

Ao volver o meu olhar para este seletto auditório, vem-me à memória a imagem dos meus queridos pais nesta plateia, radiantes e orgulhosos com a formatura da filha em Direito.

Um casal simples, unido pelo amor e pelo ideal de construir família sólida, estruturada à luz dos princípios católicos, do bem, da retidão de caráter, do amor ao próximo e do gosto pelo estudo. A eles, à sua dedicação abnegada, desvelo em todas as horas e sacrifícios imensuráveis pelos filhos, devo tudo o que sou, e a minha gratidão transcende o eterno.

Naquele momento passado, eu integrava o grupo de jovens entusiasmados com a conquista da graduação em Direito que, não obstante ensombreados pela incerteza do futuro, uniam-se, ladeados pelos familiares, amigos e professores, em sonhos, emoção, esperança e confraternização.

Tantos anos depois, enfrentados os desafios de um longo percurso na magistratura, aquela jovem, hoje com as marcas do tempo, retorna ao mesmo Palácio das Artes, agora em sessão solene de posse da Alta Administração do Tribunal Regional do Trabalho mineiro, um dos mais respeitados do país, com a honra de figurar como Presidente da Corte no biênio 2024/2025.

Essas reflexões muito me emocionam e elevo a Deus e ao Plano Divino a minha profunda gratidão pela força e coragem que nunca me faltaram no enfrentamento dos desafios.

Porém, uma grande tristeza paira sobre o meu coração, pois não vejo mais o meu querido pai, Bolívar Horta, neste teatro, chamado que foi para a esfera divina.

Mas está conosco, e me enche de renovado júbilo, a minha querida mãe, Maria Rosa Horta, carinhosamente tratada de Dona Mariinha, matriarca pilar da família, hoje com 95 anos, e com a mesma coragem e fibra inquebrantáveis d'outrora, igualmente radiante e orgulhosa com a trajetória da filha. A ela dedico todas as minhas conquistas. Sei que meu pai, em plano superior, está a compartilhar conosco deste momento de alegria.

Meu único irmão, Roney, conselheiro e amigo, casado com a ponderada e amorosa Edna, trouxe, para o crescimento da família, os queridos Bruno e Túlio. Bruno, exemplo de seriedade e competência, casado com a linda e meiga Alexandra, brindou-nos com duas queridas preciosidades que trouxeram renovada luz em nossas vidas: Bento, hoje com 9 anos, *expert* em montagens e construções criativas, e Helena, com 4 aninhos, que adora os bichos, brincar de casinha, contar e ouvir histórias. Túlio, meu querido afilhado, leitor voraz e de inteligência aguçada, é o legítimo exemplar da juventude acadêmica crítica e engajada do seu tempo.

Ao Guilherme, meu amado Gui, companheiro da vida inteira, agradeço pelo feliz encontro de nossas almas, que se completam em harmonia, luz e amor fortalecido nos momentos felizes e, sobretudo, nos mais difíceis da vida.

A todos, o meu preito de gratidão pela alegria e privilégio do compartilhamento do viver em família e pelo suporte sem o qual os meus passos não teriam a mesma determinação e segurança. Estendo minha gratidão à Sheila e à Edina, que há tantos anos nos auxiliam prestimosamente na indispensável assessoria doméstica.

Pela vida afora tive a felicidade de encontrar amigos verdadeiros, daqueles para se guardar com sete chaves dentro do coração, como canta Milton Nascimento. A todos eles, muitos aqui presentes, o meu reconhecimento pelo carinho e desvelo que sempre me dispensaram nas fases importantes da minha vida, e a todos agradeço na pessoa de Emília Maria de Carvalho, cuja amizade remonta aos bancos escolares.

Um carinho muito especial dedico aos professores que contribuíram ao longo da minha formação para a edificação da pessoa que hoje sou. Homenageio todos eles e o faço nas pessoas da querida e saudosa magistrada, Professora Alice Monteiro de Barros, que me incentivou a tomar o gosto aprofundado pelo Direito do Trabalho, da Professora Elizete de Carvalho, que não desistiu de me ensinar francês para a admissão no mestrado e, durante o curso, tornou-se grande incentivadora, e do Professor Antonio José Romera Valverde, orientador da minha dissertação do mestrado em filosofia, na PUC de São Paulo, difícil tarefa, além do estudo criterioso, de persistência, disciplina e confiança do professor no aluno.

No Tribunal, encontrei mestres, colegas e amigos, alguns contemporâneos de faculdade, que inspiraram e inspiram a minha trajetória e contribuem diuturnamente para o meu aprimoramento como magistrada, e a todos eles dedico a minha gratidão e continuado apreço, e o faço na pessoa do Professor Desembargador de sempre Márcio Túlio Viana, eterno paradigma de cultura e sensibilidade, responsável pelo início das minhas convocações para atuação no Tribunal, na década de 1990.

Ao Professor e Ministro de sempre do TST, Carlos Alberto Reis de Paula, magistrado emérito egresso do TRT mineiro, dedico o meu reconhecimento e a minha gratidão pelo incentivo a persistir no trabalho pela ascensão à Segunda Instância, êxito que se tornou essencial no curso da minha carreira na magistratura.

Quero consagrar um agradecimento especialíssimo aos servidores que partilharam comigo o dia a dia do trabalho no Tribunal, ao longo de toda essa trajetória, e dedicaram e ainda dedicam o seu comprometimento, as suas energias intelectuais e físicas, muitas vezes com sacrifício pessoal, para o atendimento aos interesses da jurisdição, além da sua amizade e solidariedade. A todos, parabeno pelos relevantes trabalhos realizados em prol da instituição e o faço nas pessoas dos incansáveis e dedicados servidores em atividade do gabinete: Waldênia Pereira Cunha Valeriano e Adriana de Castro Righi Rodrigues Lara, assessoras que há 22 anos me acompanham; Camila Gabriela Amaral Horta; Maria Luiza Alves Pires; Rafael Vilaça Azzi; Rodrigo Martinez; Stephanie Mussy Feres Toledo; Marcela Cavalcanti Lamego; Patrícia Andrade Vieira; Cesar Augusto Borgongino Monteiro; Iracema de Carvalho Araújo e Paulo Henrique Ferreira, e ainda aos estagiários Lucas Pimentel, Sarah, Ana Clara, Bárbara, Ana Gabriela e Gabriela Resende.

Homenageio, também, os servidores das Turmas que integrei, 1ª, 4ª, 5ª e 8ª Turmas e das Seções Especializadas, na pessoa de Válbria Maris Pimenta Pereira, Secretária da 4ª Turma, que há oito anos tenho a honra e a alegria de integrar.

No curso deste ano, três magistrados do Tribunal foram chamados ao Plano Superior, para tristeza dos colegas, dos familiares, amigos e da comunidade jurídica. São eles: Desembargador Oswaldo Tadeu Barbosa Guedes, Desembargador Luís Felipe Lopes Boson e Juíza Vanda Lúcia Horta Moreira. A esses saudosos magistrados, como a todos que nos deixaram ao longo desses muitos anos de carreira, registro minhas homenagens, que são de todos nós, pelo rico legado pessoal e profissional com que marcaram sua passagem terrena.

Ao longo de minha trajetória de 47 anos de serviço público, muito aprendi. Na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, meu primeiro emprego, pude desenvolver o senso de organização, disciplina e valorizar a

importância da atenção permanente na dinâmica das rotinas diárias, a necessidade de bem conciliar o trabalho diurno com o estudo à noite, gerenciar os minguados recursos salariais, e constatar a importância para a sociedade dos serviços prestados pelos Correios.

Ao ingressar no TRT mineiro como Oficiala de Justiça Avaliadora, por concurso público, pouco tempo depois de colar grau em Direito, pude comprovar, com a penosa vivência no solo áspero do cumprimento de mandados, as reais vicissitudes da execução trabalhista, não só para as partes e advogados, mas para os juízes e servidores atuantes na linha de frente, em busca da efetividade da coisa julgada.

Como juíza de primeiro grau, durante 15 anos, descobri que autoridade e diálogo cordial e bem orientado com os advogados, partes e testemunhas caminham juntos para uma satisfatória instrução do processo. E mais, paciência e serenidade são fundamentais para a solução pacífica do conflito e para uma sentença equilibrada. E, ainda: **o juiz de primeiro grau é o verdadeiro rosto e a imagem da Justiça.**

Como desembargadora do TRT, há 22 anos, aprendi a relevância da autoridade compartilhada do Colegiado, do instrutivo debate e interlocução com os pares, da sabedoria do decidir coletivamente, da grandeza do voto vencido de hoje que amanhã se torna vencedor e, o mais importante, o valor da humildade, que não é subserviência, mas aquela que exclui a arrogância e a prepotência.

Ao exercer a Corregedoria, pude conferir o quanto magistrados e servidores e o resultado do seu trabalho estão sujeitos às intempéries do ambiente, da estrutura funcional oferecida, o reflexo dessas condições em sua saúde física e mental e o quanto se ressentem da ausência de efetivo acolhimento pela instituição, da interlocução com o Tribunal e da valorização do trabalho realizado.

Ao alcançar a presidência do Tribunal e suceder a brilhante Administração que se finda, o desafio se afigura ainda superior ao imaginado, em face das incontáveis realizações do Presidente Ricardo Antônio Mohallem, demais Desembargadores integrantes da gestão e de suas competentes equipes, em prol do Tribunal e dos jurisdicionados. A todos parabênzo com orgulho.

Esses longos anos de trabalho e aprendizado dedicados ao serviço público e ao bem coletivo deixaram-me uma lição preciosa, magnificamente retratada nas palavras de Rabindranath Tagore, escritor e poeta indiano.

Diz **Tagore**:

“Adormeci e sonhei que a vida era alegria;  
Despertei e vi que a vida era serviço;  
Servi e vi que o serviço era alegria”.

Portanto, digo eu, não há lugar para acomodação, porque serviço é fazer, realizar, é ação.

Como a Administração de um Tribunal e as demandas que se lhe apresentam são dinâmicas, sobretudo quando se trata de um Tribunal de grande porte, como o TRT de Minas, os desafios permanecem incomensuráveis.

Hoje, a busca pela **valorização da Justiça do Trabalho, de seus magistrados e servidores, merece atenção diferenciada da Administração, pois representa anseio fundamental generalizado, considerando a quadra histórica aflitiva e desmotivadora enfrentada por esse ramo especializado do Poder Judiciário e que realiza trabalho de excelência em qualidade, produtividade e arrecadação para os cofres públicos da União.**

Magistrada de carreira que sou, conheço os desafios e as dificuldades que um juiz e uma juíza enfrentam tanto no trabalho na primeira como na segunda instâncias, e estarei atenta para ouvir e procurar superar as dificuldades, na medida do possível, sempre com diálogo e transparência.

Para os melhores resultados desse intento, afiguram-se de especial relevância todos os cargos da Alta Administração do TRT, pois cada um, e todos unidos, tem o papel de contribuir para que o Tribunal ofereça o serviço público que lhe cabe cada vez mais aprimorado e satisfatório aos interesses dos jurisdicionados.

Toma-se a modernização advinda com o avanço tecnológico, que mudou o perfil da sociedade atual e alcança as relações de trabalho, bem como a adoção de formas não tradicionais de contratação dos serviços, como uma das justificativas para a defesa articulada de transformação da fisiologia histórica do Direito do Trabalho, em sua materialidade, instrumentalidade e efetividade e, quiçá, do fim da relação de emprego.

Quanto ao avanço da tecnologia, Martin Heidegger, em meados do Século XX, em seu texto *A questão da técnica*, alerta para o perigo da técnica não como instrumental, mas como um modo de ser, retratado na prática social e cultural, que afasta o homem de sua verdadeira essência e desafia o estabelecimento de uma nova ética.

Hans Jonas, discípulo de Heidegger, em seu livro *O princípio responsabilidade - ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*, de 1979, também realça, já no Prefácio, que “*O novo continente da práxis coletiva que adentramos com a alta tecnologia ainda constitui, para a teoria ética, uma terra de ninguém*” e acrescenta que “[...] se trata não apenas do destino do homem, mas também da imagem do homem, não apenas de

*sobrevivência física, mas também da integridade de sua essência, a ética que deve preservar ambas precisa ir além da sagacidade e tornar-se uma ética do respeito”.*

Veja-se que Hannah Arendt, ao tratar do “Que é autoridade?”, no livro *Entre o passado e o futuro*, enfatiza que, “*Como seres vivos, preocupados com a preservação da vida, os homens se confrontam com e são arrastados pela necessidade*”. Nessa linha, a “ética do respeito” a que se refere Hans Jonas há de ser uma ética do respeito não à lógica do capital, a que se submete o trabalhador por necessidade, mas uma ética do respeito à dignidade humana, do respeito ao valor social do trabalho, do respeito à integridade física e psíquica do trabalhador. Do respeito, em todos os seus vieses e matizes.

A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, uma jovem senhora de 80 anos, não obstante as reformas havidas, tem demonstrado o quanto é necessária para garantir o trabalho digno e decente, a inclusão econômica, social e a cidadania, e compensar o desequilíbrio contratual entre o trabalhador, parte mais fraca na relação jurídica, e o tomador dos serviços, em sintonia com as garantias e direitos assegurados pela Constituição Federal.

Entendimentos e interpretações divergentes dos Tribunais a respeito da legitimidade e da legalidade das sistemáticas de prestação de serviços adotadas no mundo do trabalho vêm gerando embates jurisdicionais históricos, com substantiva divergência jurisprudencial, a lastrear a indesejada insegurança jurídica, rechaçada pela Constituição Federal.

Em boa hora, pois, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução n. 374 de 24/11/2023, instituiu a Política de Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios na Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, visando garantir a uniformização, a estabilidade, a integridade e a coerência de sua jurisprudência, à luz das normas constitucionais, processuais e da normatividade dos Conselhos Superiores aplicáveis à espécie, além do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 16 da Organização das Nações Unidas, que trata da paz, da justiça e das instituições eficazes, dentre outros.

Para amenizar a aspereza do tema, que envolve, em última análise, a busca da verdade, do entendimento mais justo e apropriado às espécies submetidas à aferição dos julgadores, nem sempre retratada nos autos em sua inteireza, trago à ilustração o poema **Verdade**, do mestre Carlos Drummond de Andrade.

Narra Drummond:

*“A porta da verdade estava aberta, / mas só deixava passar / meia pessoa de cada vez. / Assim, não era possível atingir toda a verdade, / porque a meia pessoa que entrava / só trazia o perfil de meia verdade. / E sua segunda metade voltava igualmente com meio perfil. / E os meios perfis não coincidiam. / Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta. / Chegaram ao lugar luminoso / Onde a verdade esplendia seus fogos. / Era dividida em metades / Diferentes uma da outra. / Chegou-se a discutir qual a metade mais bela. / Nenhuma das duas era totalmente bela. / E carecia optar. Cada um optou conforme / Seu capricho, sua ilusão, sua miopia.”*

A questão da verdade de cada um também é magistralmente retratada por Fernando Pessoa quando assinala, no Livro do *Desassossego*:

*“Tudo para nós está em nosso conceito do mundo; modificar o nosso conceito do mundo é modificar o mundo para nós, isto é, é modificar o mundo, pois ele nunca será, para nós, senão o que é para nós. Aquela justiça íntima pela qual escrevemos uma página fluente e bela, aquela reforma verdadeira, pela qual tornamos viva a nossa sensibilidade morta - essas coisas são a verdade, a nossa verdade, a única verdade”.*

A razão está com o poeta mineiro quando diz que a verdade de cada um reflete “[...] **o seu capricho, a sua ilusão, a sua miopia**”, e também com o poeta lusitano, quando afirma que “[...] **tudo para nós está em nosso conceito do mundo**”. Com efeito, todo o impacto do contexto em que o ser humano é forjado se transmite na jurisprudência dos tribunais, e a técnica jurídica não é capaz de afastar isso, pois o juiz, conquanto com o dever de ser imparcial, sendo humano, não é neutro.

O precedente obrigatório é importante, assim, para oferecer segurança ao jurisdicionado e credibilidade ao Judiciário quanto à uniformização, a estabilidade, a integridade e a coerência dos julgamentos proferidos, em promoção da celeridade e da efetividade da norma constitucional que garante a razoável duração do processo, **mas desde que seja aplicado com responsabilidade, de modo a permitir as distinções necessárias, conforme o caso concreto.**

Tema sobre o qual se precisa insistir é o da **valorização da Justiça do Trabalho, de seus magistrados e servidores**. Para tanto, é imprescindível a continuidade da política voltada para a melhoria das condições de trabalho. **Prosseguir com a performance histórica de excelência do TRT mineiro na qualidade da prestação**

**jurisdicional, em seus diversificados vieses, demanda o suporte necessário aos magistrados, servidores e demais colaboradores.**

Para ações específicas nesse sentido, imprescindível manter diálogo continuado com a primeira e a segunda instâncias, com outros órgãos e instituições relevantes, como o Ministério Público do Trabalho, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, a Ordem dos Advogados do Brasil, dentre outros, bem como interlocução e interação com os demais Tribunais do Trabalho e aqueles do Poder Judiciário mineiro, além do Tribunal Superior do Trabalho e dos Conselhos superiores.

A otimização das rotinas de trabalho, com o auxílio da área de tecnologia da informação, é um dos objetivos da nova Administração, de forma que magistrados e servidores possam ter à sua disposição ferramentas úteis para um melhor gerenciamento do trabalho e entrega aos jurisdicionados, com maior agilidade, dos serviços prestados pelo TRT mineiro, incluída a conciliação dos conflitos, de modo a facilitar o cumprimento das metas estabelecidas e a satisfação dos usuários, destinatários dos serviços.

O Tribunal é edificado por pessoas, que necessitam de acolhimento, de sentido de pertencimento institucional, e de serem conscientes da importância do papel de cada um para a consecução do inestimável trabalho social que a Justiça do Trabalho realiza. Como ensina a professora Dulce Critelli, da PUC de São Paulo, no livro *História pessoal e sentido da vida*, “[...] tudo o que é é dado no seio do viver em conjunto. O real é o que é dado e percebido em comum a todos nós”. Importante, pois, a promoção de ações que despertem essa compreensão do coletivo e a coesão de magistrados e servidores em torno dos objetivos institucionais.

Essas ações devem alcançar os magistrados aposentados, de modo a valorizar a sua experiência, o seu conhecimento acumulado durante tantos anos, e oportunizar a sua contribuição para o funcionamento aperfeiçoado do Tribunal, nos termos da recente Resolução do CNJ n. 526/2023.

**Outro norte da Administração, em continuidade à iniciativa muito bem implementada pelo Presidente Ricardo Mohallem, é ampliar, na medida do possível e dentro do orçamento permitido, a melhoria dos serviços de saúde, inclusive quanto ao plano de saúde, com o oferecimento de mais opções para o público interno.**

A segurança institucional, com a elaboração de planos de ação modernos e eficazes, encontra-se também entre as prioridades do próximo biênio.

Os programas relacionados à promoção e implementação do trabalho decente devem ser ainda mais valorizados, uma vez que compreendem importantes ações voltadas à garantia de dignidade e cidadania, para o que os tribunais, em especial a Justiça do Trabalho, devem contribuir com o seu engajamento ativo, em sintonia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8 da Agenda 2030 da ONU.

Um dos grandes desafios da nova Administração do Tribunal está voltado para a solução definitiva da questão do trabalho presencial no foro trabalhista de Belo Horizonte, de modo a garantir a dignidade de magistrados, servidores, partes e advogados que militam nas dependências do foro. A pretensão é dar continuidade às ações iniciadas nesse sentido pela Administração que se finda.

Os desafios envolvem também as Varas do interior, que demandam atenção para pontos críticos relacionados à sua estrutura física, incluindo acessibilidade.

**Outra questão preocupante e histórica no TRT mineiro é o número sempre deficitário de juízes substitutos, o que tem se agravado nos últimos tempos, na medida em que o Tribunal terminará o ano de 2023 com menos de 80 juízes substitutos em atuação, para um total de 158 Varas e dois postos avançados. Além disso, o TRT de Minas possui um déficit estrutural histórico de 21 cargos de juízes substitutos em relação ao número de Varas do Trabalho existentes.**

Esse panorama ocasiona sensível sobrecarga de trabalho aos juízes que precisam acumular atuação em mais de uma Vara, dentre outros fatores relacionados ao quadro incompleto de magistrados, **sendo fonte de adoecimento físico e mental, com afastamento do trabalho.** Um dos grandes desafios na Presidência, portanto, será a atuação incisiva para que haja o preenchimento dos cargos vagos de magistrados e, com isso, minimize-se o quadro de afastamento dos juízes.

Manter no Tribunal um ambiente de trabalho saudável é outra das importantes preocupações, e para tanto é preciso o incentivo de ações voltadas à ética e integridade nas relações, ao combate aos assédios moral e sexual, bem como à discriminação de qualquer natureza, para que, em todas as situações, imperem o respeito, a ética, a serenidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Assumo a Presidência do TRT mineiro em momento social e institucional, no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, em que a equidade de gênero adquire força particularizante.

Honra-me, pois, sobremaneira, a par da imensa responsabilidade, a representação do gênero feminino no mais elevado posto do Poder Judiciário Trabalhista mineiro, o que constitui inspiração e incentivo para o itinerário pessoal e profissional das mulheres, que podem o que quiserem, em todos os âmbitos da vida.

E não obstante a longa trajetória, em que o tempo deixa as suas marcas, digo, tomando de empréstimo as palavras de Rui Barbosa, em conferência realizada em Juiz de Fora, quando candidato contra Epiácio Pessoa à Presidência da República:

*“Volto-me eu para o coração, e não o encontro diverso do que era há trinta anos. [...] Sondo o peito e vejo que nele me referve, como dantes, o entusiasmo, a coragem, a fé nas coisas santas, nas grandes, nas eternas [...]”.*

Reafirmo a diretriz de realizar no biênio 2024/2025 uma gestão democrática, firme e objetiva, focada no interesse público, no bem comum e na eficiência, contando com a integração e coesão dos Desembargadores ora empossados, todos com mais de 30 anos de carreira e inestimável contribuição ao Judiciário Trabalhista mineiro e nacional.

Nesse momento histórico da sociedade contemporânea, em que o planeta clama pela paz e entendimento entre os povos, finalizo, evocando a *Oração ao Criador* do Papa Francisco, na Carta Encíclica *Fratelli Tutti*:

*“Senhor e Pai da humanidade,  
que criastes todos os seres humanos com a mesma dignidade,  
infundi nos nossos corações um espírito fraterno.  
Inspirai-nos o sonho de um novo encontro, de diálogo, de justiça e de paz.  
Estimulai-nos a criar sociedades mais sadias e um mundo mais digno,  
sem fome, sem pobreza, sem violência, sem guerras.  
Que o nosso coração se abra  
a todos os povos e nações da terra,  
para reconhecer o bem e a beleza  
que semeastes em cada um deles,  
para estabelecer laços de unidade, de projetos comuns,  
de esperanças compartilhadas. Amém”.*

Que assim seja! Muito obrigada.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2023.